



CONTEXTO

A segurança do suprimento de energia elétrica está diretamente ligada à implantação de empreendimentos de geração e transmissão, os quais demandam investimentos significativos pelas empresas que atuam no setor, principalmente a Eletrobras e suas subsidiárias. O caráter essencial da energia influencia a economia, a tecnologia, o meio ambiente e o quadro social.

A manutenção do equilíbrio entre oferta e demanda de energia é necessária para assegurar o crescimento do país e investimentos em expansão devem ser realizados para afastar o risco de racionamento. Somente o prejuízo gerado pelo apagão elétrico - entre 2001 e 2002 - foi estimado em R\$ 45,2 bilhões, sendo 60% pago pelos consumidores.

O modelo do Setor Elétrico Brasileiro - SEB instituiu entidades e previu um conjunto de medidas que têm por objetivo garantir a segurança no suprimento de energia elétrica, a modicidade tarifária e a universalização do acesso.

ATORES DA SEGURANÇA ENERGÉTICA



EMPRESA DE CAPITAL ABERTO, CONTROLADA PELO GOVERNO BRASILEIRO, QUE ATUA NAS ÁREAS DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

PARTICIPAÇÃO EM CERCA DE 1/3 DO TOTAL DA CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA NO PAÍS

RESPONSÁVEIS POR QUASE METADE DAS LINHAS DE TRANSMISSÃO COM TENSÃO MAIOR OU IGUAL A 230 KV

PARA CONSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DE SEU NEGÓCIO, AS EMPRESAS DO GRUPO ELETROBRAS REALIZAM INVESTIMENTOS, SEJA DIRETAMENTE, POR MEIO DOS DENOMINADOS EMPREENDIMENTOS CORPORATIVOS, SEJA POR MEIO DA ASSOCIAÇÃO COM O SETOR PRIVADO, MEDIANTE A CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE

SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A importância do tema reside na relevância dos investimentos para a segurança energética do país, na materialidade dos recursos investidos (entre 2012 e 2016, foram investidos pelo grupo Eletrobras R\$ 50,7 bilhões, sendo R\$ 29,7 bilhões em empreendimentos corporativos e R\$ 21 bilhões em inversões financeiras em Sociedades de Propósito Específico - SPE) e na criticidade das ações para a economia do país.

OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Avaliar os investimentos realizados pela Eletrobras e suas subsidiárias, por meio de seleção de empreendimentos executados de modo corporativo, ou seja, diretamente pelas empresas do grupo, e em parceria, nos quais as empresas do grupo se associam à iniciativa privada por meio de SPE.

PERÍODO DA AVALIAÇÃO

2017

OBJETO DA AVALIAÇÃO

INVESTIMENTOS CORPORATIVOS

Executados diretamente pelas empresas do grupo Eletrobras.

Buscou-se verificar: avaliação de riscos, estudo de viabilidade, licenciamentos, avaliação dos custos, objetividade na seleção dos fornecedores, questões fundiárias, cumprimento de prazos, dentre outros.

INVESTIMENTOS EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO

As empresas Eletrobras se associaram à iniciativa privada por meio da constituição de SPE.

Avaliação das oportunidades de investimentos pela Eletrobras, os critérios de seleção dos parceiros privados, os acordos firmados entre os acionistas, a estruturação e o acompanhamento dos negócios, a forma como são selecionados os fornecedores, a manutenção da rentabilidade dos investimentos, entre outros.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO

INVESTIMENTOS CORPORATIVOS

LINHA DE TRANSMISSÃO MASCARENHAS – LINHARES

ATRASOS NA EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5 ANOS tempo de atraso da entrega do empreendimento comparado ao prazo inicialmente estabelecido

21 MESES tempo que permanecerá sem utilização até que as subestações, que também sofreram atraso, entrem em operação

R\$ 34 MILHÕES

é a receita que deixou de ser gerada pelo atraso na entrega do empreendimento

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Furnas não consultou no início do projeto o Comando da Aeronáutica, mesmo havendo proximidade com um aeródromo, o que ocasionou a necessidade de alteração no traçado da linha.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O cronograma de regularização das terras não foi cumprido e o custo total de indenização dos proprietários atingidos não foi previsto no Plano de Negócios.

CGU

Recomendações a FURNAS: Revisão de normativos, mapeamento de riscos dos empreendimentos, e apuração de fatos e responsáveis pelos prejuízos identificados.

INVESTIMENTOS EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO

APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE INVESTIMENTO EM SPE

A Eletrobras tem instituído normas para padronização de procedimentos entre as subsidiárias.

DESOBEDIÊNCIA A PARÂMETROS DE RENTABILIDADE NA SELEÇÃO DE EMPREENDIMENTO

Os empreendimentos apresentaram redução expressiva das taxas internas de retorno ao longo da execução, motivada, principalmente, por atrasos na sua implantação e pelo aumento dos custos em relação ao originalmente previsto

AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA SELEÇÃO DOS PARCEIROS PRIVADOS E PARA DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NOS EMPREENDIMENTOS

Em muitos casos, na celebração de acordos entre os acionistas são definidas cláusulas que fragilizam a posição das estatais como acionistas, com favorecimento de particulares.

AUSÊNCIA DE MECANISMOS EFETIVOS NAS CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS PELAS SPE QUE ASSEGUREM A COMPATIBILIDADE DOS PREÇOS COM O MERCADO

FALHAS NA CONTABILIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DEFICIÊNCIA NA TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

OS SÓCIOS PRIVADOS DEIXAM A SOCIEDADE E AS ESTATAIS SÃO OBRIGADAS A ADQUIRIR SUAS AÇÕES E ASSUMIR O CONTROLE ACIONÁRIO

PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTOS EM OUTROS CONTINENTES, EMBORA UMA DAS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS FOSSE A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA COM O BRASIL

NA NORTE ENEGIA S.A., FOI CONFERIDO A SÓCIO PRIVADO O DIREITO DE ADQUIRIR ENERGIA POR VALOR MENOR DO QUE O FIXADO PARA AS SÓCIAS ESTATAIS

RECOMENDAÇÕES DA CGU

Implementar um plano de ação para adequação da estatal ao § 7º do art. 1º da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16)

Sistematizar a seleção e priorização de projetos

Normatizar o conteúdo dos estudos e projetos necessários à formulação de lances para participação nos leilões da ANEEL

Regulamentar o processo de seleção de parceiros, em bases objetivas

Regulamentar a contratação de bens e serviços no âmbito das SPE

Submeter as alterações em acordos de acionistas à análise jurídica

Analisar a adequação das práticas contábeis das SPE e publicar informações relevantes sobre a participação em SPE

PROGNÓSTICO DA CGU

COMPROMETIMENTO DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO SETOR ELÉTRICO

- As empresas do grupo Eletrobras adotam decisões de investimentos baseadas em estudos e projetos incipientes, sem uma avaliação de riscos e de viabilidade consistentes;
- Questões relacionadas ao licenciamento ambiental retardam e oneram a implantação dos empreendimentos, causando prejuízos expressivos, seja pelo aumento dos investimentos necessários, seja pelo atraso na geração de receitas, muitas vezes por anos, além da necessidade de comprar energia no mercado para entrega às distribuidoras;
- Os custos com indenizações a proprietários de terras, frequentemente, superam muito os originalmente estimados.

RISCO DE DÉFICIT DE ENERGIA E NECESSIDADE DE RACIONAMENTO

Causado pelos constantes atrasos em obras de geração e transmissão

AVALIAÇÕES EM ANDAMENTO

AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS CORPORATIVOS

LINHA DE TRANSMISSÃO PAU FERRO – SANTA RITA II

LINHAS DE TRANSMISSÃO CAMAÇARI IV- PIRAJÁ

PLANO TÁTICO 2018-19

O setor elétrico continuará a ser acompanhado pela CGU no âmbito dos temas Segurança Energética e Regulação do Plano Tático 2018-2019 da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, em que se buscará avaliar quais os dificultadores para a expansão da infraestrutura do setor elétrico, incluindo aspectos relacionados a falhas de planejamento e a questões socioambientais, e seus impactos sobre a segurança do suprimento e o atendimento à demanda com a retomada da economia

Os trabalhos de avaliação prosseguirão, com a finalização das ações de controle em andamento (avaliação de investimentos corporativos da Chesf em linhas de transmissão) e as recomendações emitidas serão monitoradas.